

Tinta negra, papel branco:  
escritas afrodescendentes e  
emancipação



# Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo

MARIA HELENA PEREIRA TOLEDO MACHADO<sup>1</sup>

A sucessão dos anos apagou-me o fogo do coração, resfriou-me o ardor da mente, quebrou na haste a flor de minhas esperanças. Que porvir tão belo imaginava eu no doce delirar de minhas ideias! Nos meus sonhos mentirosos que futuro radiante se me antolhava!

(Resumo da minha vida, “Álbum”, s. d.)

**A**O ANALISAR a escrita de escravos e escravas norte-americanos, Christopher Hager (2013, p.181) se utilizou de uma imagem muito eloquente: a de espargir tinta negra em uma folha de papel branca. Tal representação alude a complexos processos sociais vivenciados por homens e mulheres negros para se apropriar da escrita, confrontando o mundo letrado com novas vozes narrativas. Nesse contexto, o escrever surge impregnado da experiência de exclusão e de sua negação, tornando-se, assim, um ato de emancipação. Embora tenhamos nos acomodado à certeza de que a sociedade brasileira, pouco letrada no geral, apenas raramente produziu escritos pessoais e relatos de vida do punho de pessoas comuns, muito menos ainda de escravos, libertandos, libertos e pessoas negras livres, atualmente podemos desvelar outra realidade. Embora escassos, já foram localizados muitos textos de autoria de homens e mulheres afro-descendentes, que documentam a existência de vozes narrativas inéditas. Este artigo ambiciona analisar os parâmetros da narração da história pessoal como estratégia de apropriação do si mesmo e ainda como paradigma da emancipação. O objetivo é propor abordagens que nos permitam ler essa escrita, ressaltando tanto seu contexto de produção quanto sua visceral ligação com o processo de construção de uma poderosa voz narrativa ao mesmo tempo coletiva e individual. Para tal, o artigo se centra na vida e obra da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, focando especialmente na análise de seus escritos íntimos.

## **Maria Firmina dos Reis: sua obra e seu contexto**

Maria Firmina dos Reis, romancista, poetisa e professora de primeiras letras maranhense é, hoje, figura consolidada no panorama da literatura brasileira. Cabe a ela – juntamente com o poeta, jornalista e advogado Luiz Gama – o papel de fundadora da literatura afro-brasileira (Duarte, 2000, p.264-84; Ferreira, 2012). Com a autoria do romance *Úrsula*, publicado originalmente em 1859,

pela Tipografia do Progresso de São Luís do Maranhão, Firmina se categorizou como uma das primeiras romancistas brasileiras (Morais Filho, 1975). Mais ainda, ao lado de Nísia Floresta, que publicou, na forma de folhetim, entre 1855 e 1856, no jornal *O Brasil Ilustrado* (a partir de 1856, *Revista Ilustrada*), que circulava em Niterói e no Rio de Janeiro, o romance *Páginas de uma vida obscura*, Maria Firmina surge como precursora do romance abolicionista no Brasil (Ribeiro, 2016). Na verdade, Firmina, mais do que precursora, foi a representante maior de um gênero quase desconhecido no país, o da literatura abolicionista, que expunha os horrores da escravidão sem transferir para as costas dos escravos e escravas todos os males das sociedades escravistas.

Como notaram estudiosos, o Brasil possuiu uma literatura abolicionista muito peculiar, que se caracterizava, em primeiro lugar, por ter surgido tardiamente. Isso porque, ressaltaram esses autores, personagens afros eram, na literatura anterior à década de 1850, muito escassos e quando surgiam ocasionalmente no papel de escravos/as, sua confecção literária se resumia a pinceladas superficiais e distanciadas. A maciça presença da população africana e afrodescendente no Brasil, escravizada ou liberta, não encontrava contrapartida na literatura. Nenhum personagem afrodescendente crescia a ponto de captar atenção ou tornar-se foco da narrativa.

Após 1850, a literatura romântica começa a apresentar escravos e escravas com maior densidade dramática, porém, ainda assim, eram esses tipos estereotipados, como a mulata sensual, a escrava branca bela e pura, o moleque esperto, o escravo violento e vingativo ou o escravo, e mais ainda, a mãe escrava, sofredora (Haberly, 1972, p.30-46; Sayers, 1958, p.152-8). Tratava-se, na realidade, de uma literatura caracterizada por se apresentar, ao mesmo tempo, como antiescravidão e antiescravo, na qual o/a escravizado/a só podia ser vítima absoluta ou, ao contrário, personagem maléfico, possuidor de caráter e personalidade disfuncionais, produzidos pela miséria do sistema escravista (Haberly, 1972, p.31). De tal forma a escravidão os havia corrompido, que nada mais podia ser feito para salvá-lo do mar de irracionalidade, hipocrisia e dissimulação em que haviam crescido e aprendido a sobreviver. As mazelas da escravidão, nesse sentido, recaíam especialmente nos afrodescendentes, que acabavam recebendo finais trágicos e eram, com razão, expurgados da cena literária – que, obviamente, surgia como metáfora – para purificação da sociedade. Tais observações têm hoje que ser relativizadas ante a descoberta da existência do romance abolicionista escrito por mulheres no Brasil da metade do século XIX, representado sobretudo por *Úrsula*.

Nascida em São Luís do Maranhão, em 11 de outubro de 1825 – ou em 11 de março de 1822, conforme sugerem documentos recentemente localizados –, Maria Firmina dos Reis foi a primeira filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipa dos Reis. Seus pais nunca se casaram. Consta igualmente que o pai fosse homem negro, e a mãe pertencente à família Reis, originários de Guimarães, vila

litorânea do interior da então província maranhense. Sendo esse o caso, Felipa Leonor seria branca ou branca da terra. Os Reis, segundo o livro biográfico de Nascimento de Moraes, que ainda teve oportunidade de entrevistar em Guimarães remanescentes da geração de Firmina e seus descendentes, compunham uma família extensa, bem colocada socialmente, embora não particularmente rica. Até a consagração tardia da escritora, alcançada apenas no século XX, o mais famoso membro dela era filólogo, Sotero dos Reis (Moraes Filho, 1975, s.p).

Recentemente, devido à localização nos arquivos do Maranhão, pela pesquisadora Mundinha de Araújo, de novos documentos relativos a Maria Firmina dos Reis, duas correções a respeito de sua biografia estão sendo propostas. Uma primeira se refere à sua data de nascimento, que, como apontado acima, teria ocorrido em 11 de março de 1822, conforme consta em declaração em Auto de Justificação. Uma segunda diz respeito à localização de um Auto de Batismo de Maria, mulata filha de Leonor Felipa, que aparece como preta forra, ex-escrava de Caetano José Teixeira, o que implica novas abordagens da biografia de nossa autora, pois, nesse caso, ambos os pais seriam negros. Caso tais informações sejam realmente confirmadas, caberia explicar os laços de Leonor Felipa com a família Reis, comprovados pelo pesquisador Nascimento de Moraes, no citado *Fragmentos*.

Firmina foi longeva, falecendo apenas em 1917, aos 92 anos – ou 95 – a depender da data de nascimento que se considere. Atravessou, portanto, todas as grandes crises vividas por sua província natal, da Balaiada às revoltas de escravos como a do Viana de 1867. Conviveu com a presença de quilombolas e fugitivos em todas as partes da geografia urbana e social da capital e do interior, com o esvaziamento da propriedade escrava pós-1850, quando essa passou a ser vendida para o sudeste, assistiu ao impacto das leis abolicionistas, da Abolição e do pós-abolição, podendo observar as transformações e permanências dessa sociedade patriarcal, patrimonialista, paternalista e violenta para além dos estereótipos do próprio sistema escravista.

O importante é notar que, em qualquer dos dois casos que se considere em termos da origem materna, Maria Firmina dos Reis nasceu destinada a ocupar um espaço social muito pouco acolhedor: como mulher negra, bastarda e de família de poucas posses, ela estava destinada ao silêncio. Contra todas as expectativas, invadiu áreas altamente excludentes da sociedade patriarcal escravista maranhense, sobretudo marcou presença no ambiente de São Luís, onde já vigorava, no meio do século, a crença de ser essa uma Atenas brasileira, um bastião dos valores europeizados em pleno mundo tropical. A pacificação da Balaiada da década de 1840 e os influxos da exportação do algodão maranhense durante a Guerra Civil norte-americana, nos anos 1860, promoveram um ambiente favorável à difusão da imprensa e dos grupos literários românticos, com autores que se projetaram nacionalmente, como Gonçalves Dias, João Lisboa,

Cândido Mendes, Odorico Mendes, Sousândrade, Humberto de Campos e Sotero dos Reis. A efervescência cultural de São Luís produziu também valores compromissados com a manutenção do que a boa sociedade maranhense acreditava pertencer: a uma sociedade, uma visão de mundo e uma tradição literária europeizadas, muito distante da cultura popular de matriz indígena, africana locais (Resende, 2007).

Após a breve bonança derivada das exportações de algodão, e devido à normalização do mercado mundial de algodão com o paulatino reingresso da produção sulista pós-guerra civil, a província retorna a seu ritmo econômico lento. Tal fato estaria na origem da longa “decadência” da província, motivo de constante ruminação dos intelectuais maranhenses. Apesar disso, São Luís manteve uma vida literária e jornalística excepcional para o período, caracterizadas pela presença de ativas tipografias, como as de Belarmino de Mattos e de José Maria Correa Frias, que operavam máquinas tipográficas modernas, produzindo trabalhos de alta qualidade técnica, e pela fundação, apenas entre as décadas de 1860-1870, de mais de vinte jornais de diferentes tendências e especialidades (Gomes, s. d., p.211-23; Furtado, 2017, p.22-36; Jesus, s. d., p.133-85).

A Atenas brasileira, no entanto, abarcava apenas uma pequena parcela da província, que se abrigava em casarões azulejados, servidos por escravos e escravas. Cercada de quilombos, frutos das constantes fugas de escravos, que igualmente atacavam as fazendas, o Maranhão, mesmo depois de “pacificado” a ferro e fogo, entre 1839-1840, pelas tropas imperiais, mantinha-se em sobressalto. Apesar das reiteradas afirmações de se ter “civilizado” sertanejos e escravos evadidos revoltosos que adensaram a insubordinação balaia, conforme descrito por Gonçalves de Magalhães – que secretariou Manoel Alves de Lima e Silva, na repressão à Balaiada –, o Maranhão surgia pós-1850 atravessada por insubordinações (Magalhães, 1989, p.14-66; Reis, 1975). A permanente presença de quilombolas por todas as partes, reportada nos papéis da repressão, cabe lembrar a já citada revolta do Viana, ocorrida em julho de 1867, em localidade próxima a Guimarães, onde residia Firmina, que pode ser considerada como a maior revolta originada em um quilombo já ocorrida no Brasil, era um dos fatos do dia adia dos maranhenses. No conto “A Escrava”, Maria Firmina retrata esta situação, mencionando a presença de um quilombola.

Tal quadro nos faz considerar uma constante sobreposição conflitiva de mundos – a das elites de fumos europeus, que se aferravam a manter a todo o custo os aparatos ideológicos e os protocolos sociais da Atenas brasileira, cercados por uma escravidão e sistemas de trabalho dependente de alta periculosidade social. O fato mesmo de a população do Maranhão, incluindo a de São Luís, ser majoritariamente negra, indígena e/ou mestiça, convivendo intimamente em todas as partes, sobretudo nas casas servidas por dezenas de criadas, cozinheiras, amas e pajens de todas as idades, fazia que a cidade abastada tendesse a segregar os afrodescendentes e expulsar de seu discurso a presença constante dos subal-

ternos.<sup>1</sup> A essa estratégia social se sobrepõe, no discurso das elites locais, uma outra que se apoia em discursos a respeito da convivência harmônica entre as raças, a da escravidão benevolente e paternalista e a da folclorização da cultura afro e popular em geral.

O caso do menino Inocência, escravo de oito anos assassinado, com requintes de crueldade, pela baronesa do Grajaú, pode exemplificar o nível de tensão subjacente à sociedade de São Luís nas décadas que precederam a Abolição. A baronesa, Ana Rosa Viana Ribeiro, era casada com um médico, chefe do Partido Liberal. Em meados do ano 1876, mandou ela enterrar discretamente uma criança no cemitério local. No entanto, o estado do cadáver chamou a atenção e se desdobrou em comentários inconvenientes, que redundaram em intervenção das autoridades. Por causa disso, o enterro foi sustado e o corpo da criança examinado pelos peritos médicos legais, do que se concluiu a existência de marcas de terríveis torturas, inclusive com a introdução de um garfo no ânus da criança. Como naquele momento vigorava o Partido Conservador, a situação política favoreceu a denúncia do caso à polícia, levando a abertura de inquérito, obrigando a acusada a apresentar-se, sendo a baronesa exposta a situação vexaminosa, contrária às regras que predominavam entre as elites escravistas que se autoprotégiam, tornando tais casos ocorrências comentadas apenas discretamente. Como notado, a excepcionalidade da situação devia-se ao momento político, de predomínio conservador, podendo, assim, ser compreendida no bojo de uma disputa política, sugerindo que o caso se atava mais aos embates políticos do que ao horror ao crime hediondo, embora a divulgação das circunstâncias da morte do menino Inocência tivesse chocado a população.

Na primeira fase do julgamento, apesar do clamor popular, da existência de provas robustas constantes do exame cadavérico realizado por médicos certificados e do esforço do promotor, Celso de Magalhães, tido como abolicionista, a baronesa foi impronunciada. Isso porque um segundo laudo cadavérico atestou que a vítima morrera de morte natural. No entanto, um recurso apresentado ao Tribunal da Relação redundou no pronunciamento da acusada no artigo 193 do Código Criminal e, em consequência, sua prisão. Levada ao Tribunal do Júri, no entanto, foi a baronesa absolvida por falta de provas. A subida dos conservadores apenas um ano após o escândalo, e a nomeação do marido de Ana Rosa Viana Ribeiro como presidente da província, redundou na perseguição do promotor que tivera a ousadia de levar a júri uma senhora das mais altas elites provinciais e expô-la ao escárnio público, redundando em sua exoneração do cargo. Tudo podia então voltar ao normal, no mundo das elites maranhenses.<sup>2</sup>

No entanto, no ano seguinte, em 1877, outro caso muito comentado pode lançar luz sobre os conflitos que continuavam a atravessar a sociedade local, opondo o manto de silêncio imposto pelas elites às mulheres e mães escravas, que resistiam ao abafamento do assassinato bárbaro de crianças nas casas senhoriais da Atenas brasileira. Amélia Rosa, pajé e curadora, que residia nas

imediações da área central de São Luís, foi acusada, juntamente com dez companheiras, de, sob o pretexto de aplicar curativos de ervas e passes mágicos à escrava Joana, que havia procurado a pajé em busca de tratamento, ter sevicado a vítima. Ora, uma das companheiras da pajé, Geminiana, era nada mais nada menos que a mãe de Inocência. Aparece ainda menção de um segundo filho de Geminiana, também assassinado pela baronesa do Grajaú, dando indícios que tais atrocidades ocorriam em maior número do que supomos e eram conhecidas e profusamente comentadas na sociedade local.

O processo de Amélia Rosa está eivado de dúvidas. A repentina repressão draconiana às práticas da pajelança, que, ao que tudo indica, eram comuns e de conhecimento público dos habitantes da cidade, e a prisão e a condenação de parte das indiciadas, sobretudo da pajé, podem sugerir que esse grupo de mulheres curadoras estivesse incomodando as autoridades, provavelmente reivindicando o esclarecimento do assassinato dos filhos de Geminiana. Ainda pior, supomos que um dos temores das autoridades, e não dos menores, fosse que a pajé e seu grupo de mulheres estivessem fazendo trabalhos contra aqueles que estavam a encobrir os crimes da baronesa de Grajaú.

Ao longo do processo as rés mencionam que o castigo aplicado em Joana, a vítima, era resposta ao fato de ela estar em conluio com as autoridades, sendo delas informante; acusam também Joana de ter mentido sobre gravidade das sevícias. Em algumas passagens as acusadas declararam que, no decorrer do tratamento, descobriram que a vítima havia sido contratada para acusar as curadoras de maus-tratos, sobretudo Amélia Rosa, por isso, fora castigada. Como no caso do menino Inocência, os laudos médicos da vítima são contraditórios, com um segundo laudo negando completamente o primeiro. Lembremos que o segundo laudo realizado em Inocência, atestando que a criança morrera de causas naturais, salvara a baronesa de ser condenada. Supõe-se que o laudo de Joana, nesse caso o primeiro deles, também possa ter sido facilmente manipulado, exagerando a extensão das sevícias. Toda a trama que se desenrolou em torno da morte do filho de Geminiana – ou de seus filhos – deixou fundas marcas na sociedade de São Luís, tendo se tornado caso comentado por gerações, se desdobrando em muitos conflitos.<sup>3</sup>

Esse foi o mundo em que viveu Maria Firmina, o de uma sociedade escravista, patriarcal, paternalista e muita violenta, apesar das repetidas afirmações da benignidade da classe senhorial. Como mulher negra de poucas posses, educada em casa e com acesso limitado aos livros, tudo o que Firmina chegou a alcançar – seu posto de primeira professora de primeiras letras de Viamão, escritora pioneira de romance abolicionista publicado em uma das principais tipografias da capital (*Úrsula*, 1859), autora de romance indianista (*Gupeva*, 1861) e conto (“A Escrava”, 1887), publicados nos jornais locais, colaboradora de jornais literários, poetisa incluída em antologia dos principais poetas da época (Parnaso Maranhense, 1861, e Cantos a Beira Mar, 1871) – tem que ter sido fruto de



uma enorme resiliência e decisão pessoal. Faltando-lhe recursos e contatos familiares, isolada em uma vila interiorana, suas aquisições foram sempre dignas de nota. Exceção à regra em relação aos protocolos e qualidades sociais necessárias para transitar no mundo das elites intelectuais da província e, ainda mais devido à precocidade de seu primeiro e principal romance, Firmina certamente enfrentou constrangimentos sociais.

Não apenas o *timing* de Firmina era ousado. Além de ter publicado o seu romance abolicionista em 1859, o enredo da obra atacava de frente aquilo a que a nascente literatura nacional buscava escapar: a de enfrentar o problema social da escravidão. *Úrsula* pertence a uma literatura sentimentalizada, cujo foco repousa na ideia de que os/as subalternos/as – mulheres e escravos/as – por seus nobres sentimentos e capacidade de autossacrifício são o repositório da renovação social, capaz de superar os males da sociedade escravista (Stokes, 2014, p.1-20). Enfocando questões angulares da sociedade brasileira; isto é, a violência do patriarcalismo e da escravidão, ao romance subjaz a hipótese de que a ausência de freios às paixões humanas próprias a uma sociedade que repousa sobre a opressão da escravidão e a subserviência das mulheres promove a distorção do caráter masculino. Homens excessivamente poderosos, ao não encontrarem limites ao exercício de seus desejos, tornam-se monstros sociais, destruindo a si próprios e a todos que estão em torno. A receita sugerida pela autora para superação disso é a autoimolação dos bons. Isso porque o bem precisa ser mantido intocado, mesmo nas circunstâncias mais injustas.

Além disso, *Úrsula* comete ainda um atentado maior aos cânones literários do momento, ao elevar escravos/as ao *status* de personagens densos, atravessados por subjetividade, capazes de expressar de maneira orgânica uma reflexão sobre a escravidão, com seu cortejo de injustiças. O romance, certamente, se opõe de maneira muito clara ao padrão da literatura abolicionista que apareceu no Brasil nas décadas seguintes.

### **O Álbum de Maria Firmina dos Reis**

Em meio a sua obra literária destaca-se o “Álbum”, composto por fragmentos de textos em estilo diarístico que perfazem 28 páginas, com primeira entrada em 1853 e última, de 1903. Os escritos aí contidos despertam enorme interesse; no entanto, suas anotações surgem fragmentadas, com as entradas de datas entremeadas, indo e voltando no tempo, podendo a mesma página conter anotações de datas distantes em anos. Entre os estudiosos de Maria Firmina, Lobo (1993), Muzart (2000, p.264-84) e, mais recentemente, Martins (2016) enfocaram o “Álbum”, embora ainda se careça de uma análise sistemática desses escritos.

Segundo Nascimento de Moraes, que foi quem recebeu os fragmentos das mãos de Leude Guimarães, um dos afilhados prediletos de Firmina, o “Álbum” havia sido seriamente danificado em uma tentativa de assalto que sofrera em São Luís, em momento posterior à morte da madrinha. Segundo Leude, seu quarto

havia sido invadido, o baú contendo os escritos de Firmina fora arrombado e os papéis que ali estavam quase totalmente destruídos. Subsistem, no entanto, dúvidas sobre a veracidade dessa versão. Luiza Lobo (1993), ao elaborar uma pioneira análise da obra de Firmina, anotou sua descrença com relação ao roubo como causa da fragmentação do “Álbum”. A hipótese mais pertinente para explicar a situação dos manuscritos íntimos seria mesmo o da censura imposta pela família, zelosa em preservar aspectos privados da vida da autora do diário.<sup>4</sup> Os fragmentos do “Álbum” foram transcritos – nas palavras de Nascimento de Moraes, “traduzidos” – pelo poeta e dramaturgo Jamil Jorge, com a ajuda da filha deste.<sup>5</sup> Não sabemos quais os critérios foram utilizados para a transcrição e, além do mais, os manuscritos originais desapareceram, impedindo a análise do manuscrito em termos físicos e o cotejamento de versões.

Resta-nos trabalhar com a organização estabelecida, embora a ausência de uma explanação sobre os parâmetros da transcrição impeça que se avalie o quanto o conjunto de escritos foi mutilado. Encontram-se imprecisões em meio às anotações íntimas da escritora; uma análise cuidadosa das datas de entradas existentes no correr do “Álbum” sugere que houve manipulação de seus conteúdos de forma que os escritos, além de certa periodicidade, a compreensão dos eventos registrados. Assim, por exemplo, há entradas do ano 1860 antes das de 1859; assim como localiza-se uma entrada do ano 1874 seguida de registros relativos a 1872 e 1873. No fluxo dos escritos encontramos textos longos, com reflexões de grande profundidade sobre sua vida afetiva, alguns datados outros não, diversos poemas e anotações menores que registram fatos cotidianos, como chegadas e partidas de amigos e amigas, registros de mortes que foram seriamente lamentadas, reflexões sobre Deus e, sobretudo, o registro de uma terrível solidão, que levou a que sua autora tenha, mais de uma vez, considerado o suicídio.

Apesar da fragmentação dos registros, a leitura do “Álbum” mostra que, em sua estrutura narrativa, esse seguiu os cânones do diário íntimo que se popularizou, no século XIX, sobretudo entre as camadas médias ascendentes (Gay, 1988, p.320). Atividade privada por excelência, o diário funcionava como válvula de escape para a confissão dos sentimentos suprimidos da convivência social própria à época, que valorizava o autocontrole e o recato. Seria nesse contexto que a existência do diário íntimo e pessoal, ocupando o lugar destinado ao amigo ou confidente ausente, aliviava as tensões acumuladas por uma convivência social estrita e repressiva. Como já notei em outros estudos, o diário nesse período pode ilustrar a gigantesca energia que as camadas letradas investiam na construção de sua individualidade, opondo-se assim às formas mais tradicionais de convivência social, estabelecendo parâmetros de uma muito valorizada privacidade. Sendo mulher e negra, a adesão de Firmina à escrita de diários é, no Brasil do século XIX, única.

Uma das questões subjacentes ao estudo de diários revolve em torno da definição do destinatário/leitor. Como toda a escrita, os diários pressupõem, na maioria das vezes de maneira implícita, um leitor, real ou imaginário, mesmo que esse seja o próprio autor dos registros projetado no futuro (Resende, 1991). Ainda assim, em muitos desses, os autores expressaram o desejo de mantê-los fora do alcance de terceiros. Trabalhando com todos os tipos de escritos pessoais, Peter Gay aponta a recorrência com que os autores expressavam seu desejo de manter a intimidade indevassada, com a destruição do material indiscreto (Gay, 1988, p.319-29). No entanto, a própria preservação do diário obviamente contradiz essa intenção, fazendo-nos concluir que sua escrita é atravessada pela ambivalência do preservar os registros ante as possibilidades de uma futura exposição da intimidade.

As anotações de Maria Firmina constantes do “Álbum” se caracterizam como íntimos, servindo como espaço prezado por sua autora, que podia se abrir para uma reflexão profunda sobre os acontecimentos de sua vida. Atravessa a escrita uma profunda vivência da dor e da solidão, a qual, segundo Firmina, não deve ser compartilhada, pois não lhe cabe aborrecer os outros. Como ela mesma afirma: “Eu não aborreço aos homens, nem ao mundo, mas há horas, e dias inteiros, que aborreço a mim própria”.<sup>6</sup>

Nota-se também que, igualmente como outros diaristas, a autora se valeu de códigos para, provavelmente, se eximir de escrever o que a poderia expor ou como recuso distanciador, não mencionando explicitamente aquilo que ainda para ela própria fosse por demais comprometedor.<sup>7</sup> Assim, em entradas do “Álbum”, encontram-se em lugar de datas nomes e, em passagens nebulosas, o código 000.

Muito prezados por sua autora, Firmina assim definiu seus escritos íntimos: “O Álbum é o livro da alma; é nele que estampamos os nossos mais íntimos sentimentos, os nossos mais extremos afetos, assim como as mais pungentes dores de nossos corações”.<sup>8</sup> Nesse livro da alma cabem as reflexões íntimas profundas, que deviam ficar apenas entre a autora e seu Deus – como ela mesma menciona em diversas passagens.

Há também algumas poucas entradas nas quais registra que compartilhou trechos com amigos e amigas queridos. Em 22 de julho de 1856, pensando na amiga Teresa, escreveu Firmina: “É preciso que neste álbum eu escreva uma lembrança afim que a minha terna e querida amiga, quando lançar os olhos sobre o caráter destas letras, se recordar do quanto a amo. Oxalá que ela sempre esteja presente na memória da minha amiga, como fica gravado no coração o seu belo retrato”.<sup>9</sup> Segue uma curta e terna poesia dedicada à amiga, Teresa de Jesus Cabral.

Ao se dar crédito aos escritos íntimos de Firmina, conclui-se que sua vida foi marcada por dolorosa solidão, provocada por uma precoce decepção amorosa e pela impossibilidade de achar acolhimento afetivo. Na entrada intitulada

“Resumo da Minha Vida”, escrito em tom confessional, sem esconder dores e decepções, Firmina refaz o caminho de sua vida. Recordando seus anos de infância e adolescência, passados em isolamento em Guimarães, tendo como companhia apenas sua irmã e uma prima, descreveu: “De compleição débil e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida, e por consequência melancólica: uma espécie de educação freirática, veio de remate à estas disposições naturais. Encerrada na casa materna, só conhecia o céu, as estrelas, e as flores que minha avó cultivava com esmero talvez, por isso eu tanto ame as flores; foram elas o meu primeiro amor”.<sup>10</sup> Tal isolamento pode ser indício de que Firmina e sua irmã sofressem rejeição social devido ao fato de serem negras e bastardas, com sua mãe tentando preservá-las (Machado, 2018, p.15-25). À timidez e fragilidade da infância, outros grandes tormentos vieram a se somar.

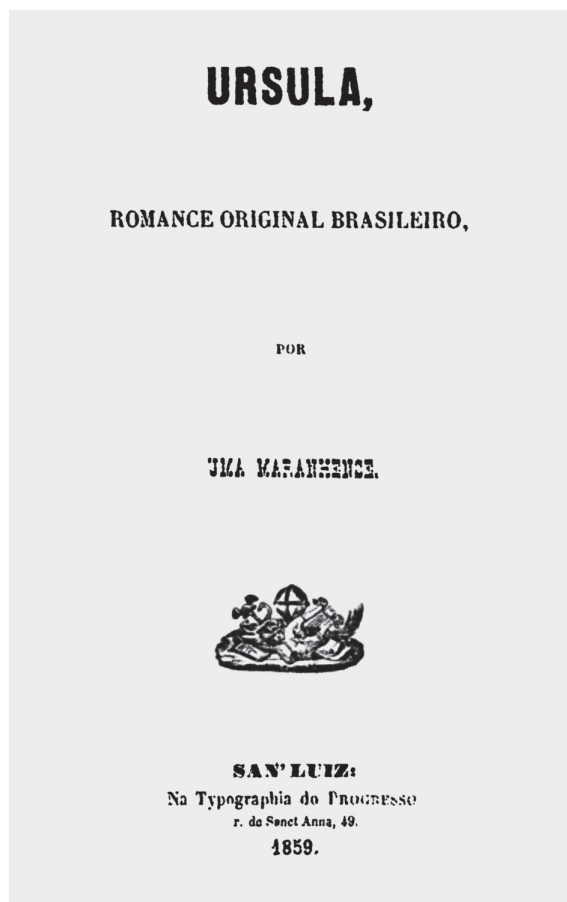
Como confessa, na adolescência, ela teria sido capaz de rasgar véus que permitiram uma breve vivência de um deleitável paraíso, o que a teria alimentado com novo vigor. No entanto, foi esse logo desfeito, deixando marcas afetivas nunca superadas:

Mas a infância passou, como passa para todo homem, e eu tive mais vigor e minha vida adquiria mais forças; meu coração como que expandiu-se um pouco, vívidos raios de sol da adolescência. A mulher é como a flor, esta sonha meiguices ao despertar do sol, porque o sol que surge há de afaga-la, sorrir-se 000 000 de felicidade sem lembrar-se a pobrezinha que esse viver de deleites é dum momento, e que esse mesmo sol, que tão docemente a seduziu em seus transportes amorosos com suas faíscas ilusórias, vai-lhe roubando a vida, e os encantos. Aquela no desabrochar da vida cisma um futuro radiante e belo. Eu experimentei já essa doce ilusão que mais faz amargar os últimos dias da existência. Era um débil e transparente véu que estava ante aos meus olhos, rasguei-o, vivi um deleitável paraíso que me seduziu, e que me enlevou, que me transportou; da minha melancolia infantil passei insensivelmente a um meigo olhar inocente de felicidades. Ah! Porque tão depressa fugiste. Ah! Porque fugiste idade única da vida em que eu pude sonhar esse sonho que o poeta inveja. Em que pude gozar esse gozo puro que assemelha, que arreda a bem-aventurança dos anjos! ...<sup>11</sup>

O tom hiperbólico e ultrarromântico não esconde a existência de uma perda afetiva irreparável, testemunhando que fora lançada de deleitável paraíso para um território de decepção e solidão. Nada mais é acrescentado; porém, como mulher negra, sabemos que a Firmina estavam arriscadas muitas decepções (Pacheco, 2013). Terá sido o preconceito o motivo de sua grande perda amorosa, ou ainda outras dificuldades poderiam explicar tal queda do paraíso amoroso?

Em “Uma Lágrima sobre o Túmulo”, Firmina volta a atravessar o desespero da perda, agora claramente enunciada como uma morte. Em um texto soturno, que descreve sua insone errância por altos rochedos, para chorar uma perda irreparável, ela escreve:

*Capa da 1ª edição do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, publicado pela Tipografia do Progresso, em São Luís (MA), 1859.*



Oh! Sim! ... E para sempre escondida aquela que eu tanto amara! ... Eu chorava ... No silêncio da noite, minha dor tocava a desesperação ... O mar desdobrava-se a meus pés – as estrelas cintilavam sobre minha cabeça – a vição andava em torno de mim. Deus se me revelava em cada um daqueles objetos. Oh! Eu amo a Deus porque Ele é justo, – santo – e onipotente.<sup>12</sup>

Quem teria ela perdido? O texto não deixa claro. Pode-se supor que a passagem se refira à perda da mãe, a quem Firmina, em outra parte do diário, declara amar mais do que a si mesmo. Embora provável, não encontrei referência certa sobre a data da morte da mãe. Além disso, o relato não fala em amor filial.<sup>13</sup>

No entanto, a perda foi tão profundamente sentida, que vinte anos mais tarde, aludindo a data da perda, ela registrou em seu diário: “Sol de vinte e sete de fevereiro, sol de hoje, por que saíste? Vens insultar a minha dor?”<sup>14</sup> Sugerindo que a perda, profundamente vivida e nunca superada, proviesse de um apaixonado amor aparece a entrada de 15 de junho de 1873. Em registro intitulado “O que é a vida”, Firmina anotava que as lágrimas eram suas principais companheiras: “Depois o amor – e o amor – não pode vigorar sem lágrimas. Elas me sorriram nessa quadra poética de existência, que para mim passou tão breve! E quando a mão de Deus mandou que esse amor tão belo cedesse ao sopro gélido da morte ...”<sup>15</sup>

Em meio a passagens que expressam uma profunda vivência da perda e da solidão, outras surgem mais alegres e otimistas, como as entradas dedicadas à sua amiga íntima, Teresa de Jesus Cabral, que provavelmente morava em São Luís: “... Teresa, meu coração rendeu-se inteiro a seus encantos ... Minha alma simpaticizou com a tua, – minha dedicação, meu afeto, meu amor para ti será eterno”.<sup>16</sup>

Amor fiel; dez anos mais tarde a diarista ainda se rende à sua amiga, lembrando que tem recebido dela ouro:

À Minha Amiga Terezinha de Jesus  
Pago-te em verso o que te devo em ouro

Beijar-te ... ouvir-te a voz divina e pura  
Mimosa criatura – anjo de amor!  
É gozo que extasia a minha alma  
Como oásis na calma – em longo error.

Mimo celeste que vieste ao mundo,  
Lodo jucundo – sedutor e santo!  
Teu riso anima a melindrosa fada  
Por Deus mandada para estancar meu pranto.

Não vieste, bela, a me inspirar poesia  
Nessa harmonia de beleza, e canto?  
Não sentes a alma que teu peito aninha,  
Que a alma minha ooo tributa ooo ooo ooo?

Sabes, tu sabes que meu peito apuro  
No afeto puro – que te hei votado:  
Que sonho extremo para ti – ledices  
Que de meiguices eu te hei cercado.

Mulher, encanto desta terra amena,  
Visão serena – ao despertar do dia,  
Que em branca nuvem, com roupagem d’ouro  
Desce: – tesouro – de imortal poesia.

Anjo que ao sopro matinal despreende  
O voo; acende – do turib’lo o incenso  
Que ondula brando derramando aroma  
E ao trono assoma – de Jeová incenso.

É meu empenho compreender teus cantos,  
Que encerram encantos – de celeste amor.  
Sonho os mistérios devassar dos Céus  
Anjo de Deus – no teu mimoso odor.<sup>17</sup>

Inspiradora de poesias, sonhos e meiguices, Teresa, em diversas passagens do “Álbum”, aparece descrita com tonalidades sensuais, de um belo rosto, de encantos de celeste amor e mimoso odor, alimentando sonhos misteriosos. Nesse ponto, a amiga parece poder preencher os vazios da solidão. No entanto, mais à frente, ressurge a dor de estar só, sem ninguém para compartilhar.

Eu nunca tive a louca pretensão de possuir no céu uma estrela. Um dia alguém disse-me apontando-me para a melancólica estrela que acompanhava a lua. Vês a tua estrela? . . . Sim, eu sou a lua; se Deus negou-me dela a beleza, o nítido albor e o magnífico esplendor de formosura, encheu-me a melancolia, sua palidez e como ela deve divagar no céu, deu-me que 000 divagasse com ela na terra; meditando saudades, e tristezas como ela medita. Eu sou a lua mas aquela estrela! . . . Não eu não tenho uma estrela. A minha caiu há muito, e sumiu-se no nada...<sup>18</sup>

Atravessada por amores perdidos, solidão e desesperança, Firmina soube também refletir a respeito de si própria, como alguém que trilhou caminhos únicos, andou por sendas por onde poucos passam e ninguém compreende. Escrevendo sobre a vida social que se desenrolava a sua volta, o papel da beleza das mulheres e as superficialidades das relações sociais, questionava o sentido da existência: “Será talvez tudo isso – mas eu nunca o vivi; ou se vivi, compreendi a vida por outros desvios, por outras sendas, por onde nem todos passam. Penso e sinto: meu sentir e meu pensar não os compreende ninguém, porque também a ninguém os revelo”.<sup>19</sup>

Trilhando veredas únicas em relação ao seu tempo, lugar social, raça e afeto, Maria Firmina dos Reis, mulher negra, cheia de ideias originais e de amores profundos e ternos, passou uma vida atormentada, a desejar o repouso, nem que fosse este o da morte. Sua individualidade marcante, seus talentos únicos, sua maneira de ver a vida e de vivê-la pareceu-lhe sempre além do possível, embora tenha realizado o quase impossível. Deixou sua marca na história.

[...] Sou uma desditosa escrava da sorte, uma mísera poetisa, cuja lira estalou ao choque da desventura... Não posso te cantar; mas guardo, porém, a tua lembrança.<sup>20</sup>

## Notas

- 1 Em 1848, 55% da população do Maranhão eram compostas por escravos/as; percentagem que decaiu ao longo do século (Santos, F. S. “Cronologia”, p.211-23).
- 2 Memorial e o Crime da Baronesa. Site do Ministério Público do Paraná. Disponível em: <<http://www.memorial.mppr.mp.br/pagina-123.html>>. Acesso em: 18 maio 2019. Ver também em Furtado, L. *Memorial*, excertos do processo relativo ao caso do menino Inocência publicados originalmente no jornal *O País* de 16.11.1876, p.71-81; e Aranha (1931, p.110-14).
- 3 Sobre a repressão à pajelança em São Luiz e prisão de Amélia Rosa, ver Ferretti (2004) com ensaios iniciais de Mundicarmo Ferretti (p.19-29 e 31-59), e transcrição do processo de Amélia Rosa (p.65-250).



- 4 A censura familiar aparece claramente nos diários do general Couto de Magalhães publicados com anuência da família (Bandecchi, 1974) e igualmente explica a fragmentação das anotações do diário de William James. Ver Machado (2010).
- 5 Nascimento, M. “Agradecimentos” in *Fragmentsos*, p.256.
- 6 “Resumo de Minha Vida” (s. d.), in “Álbum”, Morais, *Fragmentsos* (s. p.).
- 7 Conforme sugestão de P. Gay, a respeito da utilização do latim, pelo próprio Freud, no decorrer de sua autoanálise, na transcrição de suas memórias mais reprimidas. Ver Gay (1989, p.25-6).
- 8 Álbum, 15.11.1872 (s. d.), N. Morais, *Fragmentsos* (s. p.).
- 9 Álbum, 22.7.1856, N. Morais, *Fragmentsos* (s. p.).
- 10 “Resumo da Minha Vida” (s. d.), Álbum, in N. Morais, *Fragmentsos* (s. p.).
- 11 “Resumo da Minha Vida” (s. d.), Álbum, N. Morais, *Fragmentsos* (s. p.).
- 12 “Uma Lágrima sobre um Túmulo”, Álbum, 20 de maio de 1853, N. Morais, *Fragmentsos* (s. p.).
- 13 Embora Lobo (1993) em “Autorretrato” sugira também ser a perda da mãe, não constam dados que comprovem o fato. A certeza desse fato depende do esclarecimento da identidade da mãe e de informações documentais sobre seu falecimento.
- 14 “Recordação e Lágrima”, 13 de junho de 1876, Álbum, in N. Morais, *Fragmentsos*, (s. p.).
- 15 In N. Morais, *Fragmentsos* (s. p.).
- 16 Álbum, 19.6.1856, N. Morais, *Fragmentsos* (s. p.).
- 17 Álbum, 19.11.1865, N. Morais, *Fragmentsos* (s. p.).
- 18 Álbum, 2.2.1872, N. Morais, *Fragmentsos* (s. p.).
- 19 Álbum (s. d.), N. Morais, *Fragmentsos* (s. p.).
- 20 Álbum, 1.2.1872, N. Morais, *Fragmentsos* (s. p.).

## Referências

- ARANHA, G. *O meu próprio romance*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1931. p.110-14.
- BANDECCHI, B. *Diário do General Couto do Magalhães. 1887-90*. Coleção Revista de História. São Paulo: Departamento de História/USP, 1974.
- DUARTE, E. A. Pós-fácio. In: MUZART, Z. L. “Maria Firmina dos Reis”, livro organizado pela mesma. *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2000, p.264-84.
- FERREIRA, L. F. “Ethos, poética e política nos escritos de Luiz Gama”. *Revista Crioula*, n.12, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/57813/60862>>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- FERRETTI, M. *Pajelança no Maranhão no Século XIX e o Processo de Amélia Rosa*. São Luís: Fapema, 2004.
- FURTADO, L. M. *Memorial de Maria Firmina dos Reis*. São Paulo: Uirapuru, 2017. p.22-36.



- GAY, P. *A experiência burguesa*. Da Rainha Vitória a Freud. A educação dos sentidos. Trad. Per Salter. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p.320.
- \_\_\_\_\_. *Freud. Uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GOMES, F. dos S. Cronologia. In: REIS, M. F. dos. *Úrsula*. São Paulo: Penguin/Cia das Letras, 2018. p.211-23.
- GOMES, F.; MACHADO, M. H. P. T. Revolta em Três Tempos. Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo, Século XIX. In: GOMES, F.; REIS, J. J. *Revoltas no Brasil Escravista*. (prelo, 2020).
- HABERLY, D. T. Abolitionism in Brazil: Anti-Slavery and Anti-Slave. *Luso-Brazilian Review*, v.9, n.2, p.30-46, 1972.
- HAGER, C. *Word by Word. Emancipation and the Act of Writing*. Cambridge: Harvard University Press, 2013. p.181.
- JESUS, M. G. Tempo e melancolia: república, modernidade e cidadania negra nos contos de Astolfo Marques (1876-1918). *Lua Nova*, São Paulo, v.85, p. 33-185.
- LOBO, L. Autorretrato de um Pioneira Abolicionista. In: *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- MACHADO, M. H. P. T. (Org.) *Diário íntimo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.11.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil no Olhar de William James*. Cartas, diários e desenhos, 1865-1866. São Paulo: Edusp, 2010.
- \_\_\_\_\_. The traveler and his diary: Couto de Magalhães and Roger Casement. *ABEI Journal*, São Paulo, v.13, p.169-88, 2011.
- \_\_\_\_\_. Maria Firmina dos Reis: invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil dos séculos XIX ao XX! In: REIS, M. F. dos. *Úrsula*. São Paulo: Penguin/Cia. das Letras, 2018. p.15-25.
- MAGALHÃES, D. J. G. de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão (1839-1840). Com ensaio inicial “Memórias da Balaiada por Luiz Felipe Alencastro”. *Novos Estudos Cebrap*, n.23, p.14-66, 1989.
- MARTINS, L. D. *Da sujeição à subjetivação*: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras *Úrsula* e *A Escrava* de Maria Firmina dos Reis. São Paulo, 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.
- MORAIS FILHO, N. *Maria Firmina: Fragmentos de uma Vida*. São Luís: COCSN, 1975.
- PACHECO, A. C. L. *Mulher negra*: afetividade e solidão. Salvador: Edufba, 2013.
- REIS, M. F. dos. *A Escrava*. In: MORAIS FILHO, N. *Maria Firmina: Fragmentos de uma Vida*. São Luís: COCSN, 1975.
- RESENDE, B. *Diamantes da lixeira*. Rio de Janeiro: CIEC, Papéis Avulsos, 1991.
- RESENDE, R. S. Da Ágora ao Pantheon: intelectuais de “Atenas” e a literatura romântica no Maranhão. *Outros Tempos*, v.4, n.4, 2007, Disponível em: <[https://www.outros-tempos.uema.br/OJS/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/413/348](https://www.outros-tempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/413/348)>.
- RIBEIRO, A. V. *Lendo Harriet Beecher Stowe no Brasil*: circulação e traduções culturais

do romance *A cabana do Pai Tomás* na segunda metade do XIX. Guarulhos, 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2016.

SAYERS, R. S. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958. p.152-8.

STOKES, C. *The Altar at Home*. Sentimental Literature and Nineteenth-Century American Religion. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014. p.1-20.

*RESUMO* – Este artigo se centra na análise de “Álbum”, caderno de escritos íntimos de Maria Firmina dos Reis, em busca de refletir sobre a construção da individualidade e subjetividade de uma mulher negra, romancista, em meados do século XIX, no Maranhão. Para tal, o artigo propõe um recorte teórico, reconstitui o contexto social da romancista e apresenta trechos de suas reflexões privadas constantes de seu “Álbum”.

*PALAVRAS-CHAVE*: Maria Firmina dos Reis, Literatura afro-brasileira, Maranhão, Século XIX, Abolicionismo, Escrita de si mesmo.

*ABSTRACT* – This article analyzes “Álbum”, a notebook of intimate writings by Maria Firmina dos Reis, with the aim of investigating the construction of her individuality and subjectivity as a black woman and novelist from Maranhão, in the mid-19<sup>th</sup> century. With this in mind, the article establishes a theoretical framework, reconstructs her social context, and presents her intimate reflections extracted from “Álbum”.

*KEYWORDS*: Maria Firmina dos Reis, Afro-Brazilian literature, 19<sup>th</sup> century, Maranhão, Abolitionism, Writing of one’s self.

*Maria Helena Pereira Toledo Machado* é professora titular do Departamento de História Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pesquisadora associada ao Instituto de Estudos Avançados da USP. É também pesquisadora PQ do CNPq. @ – hmachado@usp.br / <https://orcid.org/0000-0002-8030-1705>

<sup>1</sup>Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Recebido em 7.6.2019 e aceito em 22.7.2019.